

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA REFLEXIVA E FORMATIVA ¹

*Anaína Souza Santana*¹

FICS-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

*Maria Aparecida Antunes Moreira*²

FICS-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales

Resumo: O presente artigo apresenta resultados parciais da pesquisa realizada no Colégio Estadual Governador Luiz Viana Filho, no município de Guanambi-Bahia. O objetivo deste estudo, consiste em compreender as práticas avaliativas, seu sentido e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo, os dados foram coletados através de análise documental e questionários aplicados aos professores e alunos. Os dados foram analisados sob a teoria de Minayo (2001). Os documentos analisados foram: PPP (Projeto Político Pedagógico), Planos de Curso (2018), Matriz Curricular do ENEM (2017), Matriz Curricular e Descritores da SAEB (2017). A fundamentação teórica se embasou nos estudos realizados por Freire (1987), Garcia (2013), Hoffmann (2005), Libâneo (1984), Luckesi (1998, 2005), Rosa (1997), Vasconcelos (2001) Villas Boas (2004), e outros. Com base na pesquisa é possível afirmar que as práticas avaliativas perpassam as provas e testes e adquire mais que significados, pautando sua importância no sentido a ela atribuída. Desta forma conclui-se que o processo avaliativo é reflexivo e para que haja um desempenho da aprendizagem satisfatório para todos os envolvidos neste processo é necessário ética, coerência e compartilhamento de responsabilidades.

Palavras chave: Práticas avaliativas. Reflexão. Significados.

Introdução

É notório as transformações que o sistema educacional brasileiro vem passando desde a sua instituição, versando dos moldes liberais para o progressista, dos tradicionalistas para os construtivistas. Considerando inclusive o contexto atual onde as novas tecnologias, chegaram até mesmo mais cedo para os alunos do que aos professores.

Somos seres históricos e as práticas avaliativas acompanham o homem ao longo de sua história no compasso das suas necessidades emergentes. Segundo o dicionário Aurélio um dos conceitos de avaliação é “apreciar o merecimento; reconhecer a força”, nos primórdios essa prática já era utilizada por tribos, como costumes e rituais para elevação do status de jovem para adulto.

¹ O Presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo compreender as práticas avaliativas, seus sentidos e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar.

A cada dia mudanças emergem, e no que se refere às práticas educacionais, a escola passou por uma série de modificações, metodológicas, filosóficas e outras, que refizeram o seu perfil em termos de estrutura e organização, mas acompanhar esse processo dentro de uma perspectiva reflexiva, interativa e interventiva no consenti a forma de avaliar o aluno ainda é um desafio para os profissionais da educação.

No âmbito escolar muitas são as discussões sobre avaliar qualitativamente, no entanto muitas vezes as ações divergem da teoria, assim:

[...] no caso da educação escolar, mudar a disposição das carteiras, a cor da lousa, o lugar da mesa da professora dentro da sala, eliminar cartilhas, introduzir novos materiais não caracterizam, por si só, uma mudança. (ROSA, 1997, p.18)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 24, inciso V, alínea a, ressalta que a “avaliação deve ser contínua e cumulativa, em relação ao desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

No artigo 22 diz que “a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Logo, é possível inferir que o objetivo da educação não é promover os melhores alunos as séries seguintes e reprovar os que não atingirem a média.

Com fulcro nas explicações baseadas na LDB é no mínimo incoerente continuar avaliando os alunos através de notas. Ou dizer que alguém só poderá seguir para determinada série caso alcance a média. Média essa que não é unificada, sendo diferente para muitas escolas. Assim, um aluno que foi reprovado em uma determinada escola em que a média vigente era 7 (sete), poderia ter sido aprovado em outra em que a média fosse 6 (seis). Luckesi (2005) traz algumas reflexões sobre a utilização das notas e não das competências pedagógicas:

Será que o educando manifestou uma melhor e mais adequada aprendizagem, não deveria assim ser considerado? Então, por que classificá-lo abaixo do possível valor do seu desempenho? A possível competência não deveria ser, segundo as regras do ritual pedagógico, registrada em símbolos compatíveis e correspondentes? Por que então modifica-la? (LUCKESI, 2005, p.36)

Para os estudantes do último ano do ensino médio, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) é uma constante e conseqüentemente para a escola também, que passam a fazer parte de um ranking que estimula o aspecto competitivo. A matriz curricular do ENEM tem por base competências definidas para o exame.

Art. 2 Constitui objetivo primordial do ENEM aferir se aqueles que dele participam demonstram, ao final do ensino médio, individualmente, domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna e se detêm conhecimento das formas contemporâneas de linguagem. (Portaria nº 468 de 03 de abril 2017)

Zanchet (2003) questiona o uso do termo avaliação para o ENEM, pois acredita que avaliação é um processo amplo e não se resume a um ato isolado. Então nos moldes que é realizado, seria apenas parte de processo e não corresponderia ao todo.

Reduzir a avaliação à aplicação de um exame, é reforça uma visão mecanicista e simplificadora, constituída como uma tecnificação da formação. Esta perspectiva é responsável pela proliferação das provas de rendimento e das escalas de atitudes, onde as metas estão predeterminadas e os fins estão fixados, delegando à avaliação a medição do êxito nos resultados obtidos. (ZANCHET, 2003, p.05)

Concepção da avaliação numa perspectiva humanizada

Partindo do pressuposto que princípios básicos para a humanidade como igualdade, liberdade e educação são direitos sinalizados na legislação brasileira (Constituição Federal de 88, LDB, 9394/96 e ECA), a escola como uma instituição social deve ser o local onde o exercício da cidadania possa imperar.

Neste contexto, os profissionais da educação precisam ter delineados o entendimento acerca da sociedade a qual atuam e do método que a ela se vai aplicar. Conforme Luckesi, (2005, p.28) “a avaliação não se dá nem se dará num vazio conceitual, mas sim dimensionada por um modelo teórico de mundo e de educação, traduzido em prática pedagógica”. De acordo Freire:

O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os

não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como um processo de busca. (FREIRE, 1987, p.34)

O autor dialoga também sobre os educadores que tem por objetivo a domesticação do estudante e aqueles educadores que pretendem a humanização dos educandos. Segundo Libâneo (1984) o primeiro grupo de pedagogias está preocupado com a reprodução e conservação da sociedade e, o segundo, voltado para as perspectivas e possibilidades de transformação social.

Como são duas vertentes diferentes, as práticas de avaliação também se distinguem, sendo uma voltada para avaliação institucional e outra para a avaliação da aprendizagem. Para Luckesi:

A prática da avaliação escolar, dentro do modelo liberal conservador, terá de, obrigatoriamente, ser *autoritária*, pois, esse caráter pertence a essência dessa perspectiva de sociedade, que exige controle e enquadramento dos indivíduos nos parâmetros previamente estabelecidos de equilíbrio social, seja pela utilização de coações explícitas seja pelos meios sub-reptícios das diversas modalidades de propaganda ideológica. A avaliação educacional será, assim, um instrumento disciplinador não só das condutas cognitivas como também das sociais, no contexto da escola. (LUCKESI, 2005, p. 32)

O autor discorre também sobre a prática oposta, afirmando que:

Ao contrário, a prática de avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos. Isso significa igualdade, fato que não se dará se não se conquistar a autonomia e a reciprocidade de relações (PIAGET, 1973, LUCKESI, 1984, p. 32)

Diante do exposto é possível perceber que praticas avaliativas, baseadas em moldes autoritaristas, versam uma pedagogia conservadora, enquanto uma prática avaliativa democrática busca a transformação social e reflete os direitos e anseios dos seres humanos já expressados na legislação.

Nesta perspectiva a avaliação não pode ser praticada de forma classificatória, Luckesi, (2005) nos diz que “a atual prática de avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a *classificação* e não o diagnóstico como deveria ser construtivamente”. O Autor alerta que:

[...] O educando como sujeito humano é histórico; contudo, julgado e classificado, ele ficará, para o resto da vida, do ponto de vista do molde escolar vigente, estigmatizado, pois as anotações e registros permanecerão, em definitivo nos arquivos e nos históricos escolares, que se transformam em documentos legalmente definidos. (LUCKESI, 2005, p.35)

Muitas vezes, a avaliação é praticada com um fim, e não como um meio, neste sentido Luckesi, nos diz que:

[...] de fato, o momento da avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico como, no caso, a aprendizagem”. (LUCKESI, 2005, p. 34-35)

A luz das reflexões do autor, é possível inferir que o princípio da igualdade previsto na legislação, ainda não é efetivo dentro das práticas avaliativas no âmbito escolar. Esta situação pode se caracterizar como uma forma de opressão. Para (FREIRE, 1987, p.47), “falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira”.

Logo, falar em competências e habilidades e estipular uma nota para classificar é no mínimo incoerente.

Resultados e discussões

Identificar e compreender as práticas avaliativas, bem como seus sentidos e significados refletidos no desempenho da aprendizagem escolar, foi o objetivo desta pesquisa. Que ocorreu no Colégio Estadual Governador Luz Viana Filho, no município de Guanambi-Ba, com os estudantes e professores do 3º ano do turno vespertino.

O cunho qualitativo da pesquisa se caracterizou por estarmos em contato direto com o sujeito, objetivando responder questionamentos subjetivos acerca das suas expectativas, anseios e perspectivas dentro do processo avaliativo. Segundo MINAYO (2010, p. 21) “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificada”.

Um dos instrumentos de coleta de dados foi a entrevista, realizada através de questionários com perguntas objetivas e subjetivas tanto para os professores quanto para os estudantes. O que possibilitou observar os anseios e reflexões de ambos dentro do processo

avaliativo e analisar como os mesmos experienciam esse processo além de investigar os sentidos e significados que a avaliação possui para todos os envolvidos.

Os questionários dos estudantes foram enumerados de 01 a 40. Cada um correspondendo a um aluno, que passou a ser representado pelo número e não por nome. Com os educadores também houve a necessidade de uma representatividade que não expusesse o nome, inclusive dois educadores não se identificaram, então, todos foram classificados por letras na sequência do alfabeto. Assim, todos os nomes foram preservados conforme, comprometimento firmado e expresso no questionário da pesquisa por eles respondido. Desta forma, a coleta de dados, ocorreu de forma ética, com isonomia e imparcialidade, proporcionando aos envolvidos segurança e confiança na pesquisa. O quadro abaixo mostra as respostas dos professores colaboradores da pesquisa ao serem questionados sobre o (s) significado (s) da avaliação:

Quadro 01. Significados da avaliação para os docentes

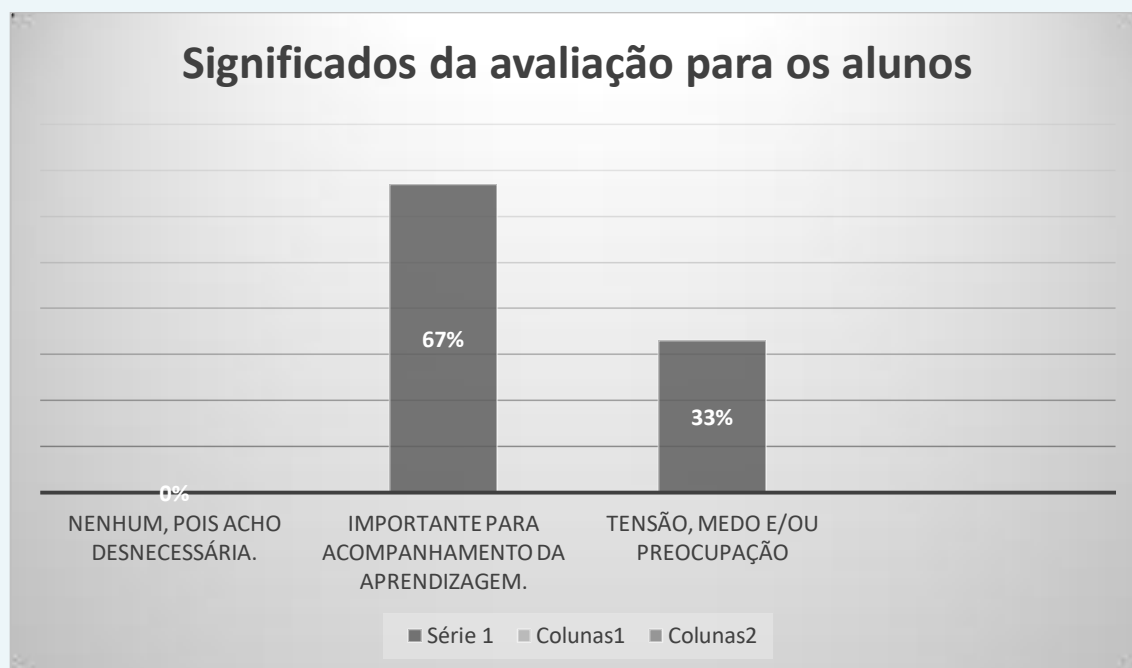
Professor	Respostas
A	“ Avaliar significa, analisar o processo de ensino e aprendizagem. Tanto para o trabalho do professor, quanto o empenho do aluno em aprender”.
B	“ A avaliação ainda é um termômetro da aprendizagem dos alunos ou tenta ser”.
C	“É um instrumento muito valioso que o professor tem em mãos e que se for bem usado surgirá efeitos grandiosos”.
D	“A avaliação proporciona, uma reflexão sobre o trabalho realizado e se realmente está dando resultado”.
E	“A avaliação deve ser um momento em que o aluno expressa alguns dos seus conhecimentos, porém a avaliação nem sempre representa se houve aprendizagem”.
F	“ Significa momento de reflexão”.
G	“ A avaliação representa oportunidade, tanto para o professor quanto para o aluno”.
H	“Significado de retorno, onde é possível analisar o que precisa ser melhorado e potencializar o que está bom”.

FONTE: Entrevista realizada com professores do 3ºano do turno vespertino do C. E. G. V. F. GBI/BA.

Neste sentido Hoffmann (1993, p. 153), nos diz que “avaliação significa ação provocativa do professor, desafiando o educando a refletir sobre as situações vividas, a formular e reformular hipóteses, encaminhando-se a um saber enriquecido.

O mesmo questionamento foi direcionado aos discentes, 33% responderam tensão, medo e, ou preocupação enquanto a maioria 67% disseram achar importante e necessária. Ponto que chamou a atenção, foi que nenhum estudante classificou a avaliação como desnecessária e sem significado, mostrando que mesmo com todos os encargos ao redor do termo avaliação eles conseguem perceber a sua importância e necessidade no âmbito da aprendizagem, conforme representado no gráfico 01.

Gráfico 01. Significados da avaliação escolar para os alunos



FONTE: Entrevista realizada com os alunos do 3ºano do turno vespertino do C. E. G. V. F. GBI/BA.

Na pergunta “Sua escola trabalha na perspectiva de preparação para o ENEM e para as seleções externas? A maioria respondeu positivamente harmonizando com a análise dos planos de curso e com o PPP da Instituição. Porém 28% diz que este trabalho acontece às vezes, 10% afirmaram não perceber atividades voltadas para este fim e 3% disseram que raramente esse trabalho ocorre.

O exposto, denota que a maior parte dos estudantes, percebem e participam das atividades voltadas para o ENEM e vestibulares, mas revela também que uma parcela significativa dos alunos, nem mesmo percebem que essas atividades estão sendo realizadas.

Na perspectiva de uma avaliação que não se limita a classificação de uma série para outra, mas de uma avaliação formativa e reflexiva que contemple princípios éticos, políticos e culturais, Villas Boas assevera que:

A avaliação que valoriza o aluno e sua aprendizagem e o torna parceiro de todo processo conduz a inclusão e não a exclusão. Esse é o papel da avaliação formativa. [...] contrariamente a avaliação classificatória, a formativa promove a aprendizagem do aluno e do professor e o desenvolvimento da escola, sendo, portanto aliada de todos. Despe-se do autoritarismo e do caráter seletivo e excludente da avaliação classificatória. (VILLAS BOAS, 2008, p.33).

No intuito de identificar como o aluno se vê dentro do processo educacional. Houve o questionamento: ” você se considera um aluno participativo? As respostas revelaram o nível de autonomia do estudante, estudante este que já está concluindo o ensino médio, sem ter percebido a importância do seu papel dentro da sala de aula, dentro da escola e consequentemente dentro da sociedade. Apenas 27% dos entrevistados se consideram participativos.

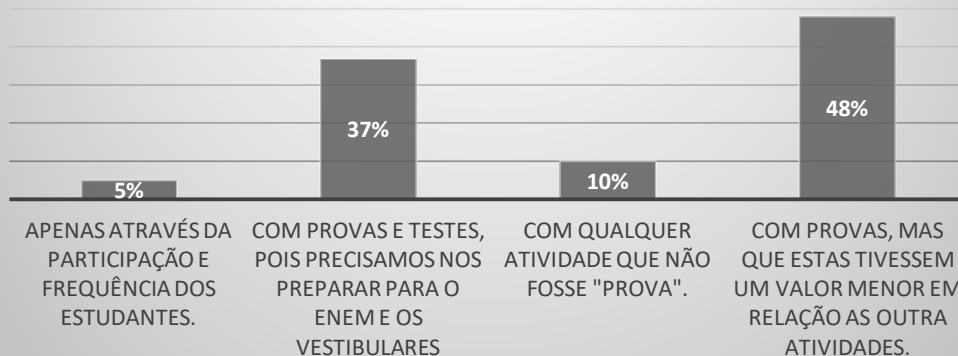
Nesta linha inclusiva e participativa foi feito o questionamento: “Como você acredita que deveria ser as formas de avaliação? Visando perceber o sentido que os alunos atribuem as práticas avaliativas. A resposta foi positiva em relação a existência de provas, com a ressalva de que essas não fossem detentoras da maior parte das notas, sendo apenas um dos instrumentos avaliativos e não fator determinante no resultado final. Na sequência afirmaram a necessidade das avaliações em forma de testes e provas, demonstrando preocupação em relação a um modelo que se aproxime das avaliações externas. As falas dos estudantes corroboram com Villas Boas, que afirma:

A avaliação existe para que se conheça o que o aluno aprendeu e o que ele ainda não aprendeu para que se providenciem os meios para que ele aprenda o necessário para a continuidade dos estudos. A avaliação é vista, então, como uma aliada do aluno e do professor. Não se avalia para atribuir nota, conceito ou menção. Avalia-se para promover a aprendizagem do aluno. Enquanto o trabalho se desenvolve, a avaliação também é feita. Aprendizagem e avaliação andam de mãos dadas, pois a avaliação sempre ajuda a aprendizagem. (VILLAS BOAS, 2004, p.15)

Compreender o processo avaliativo é fator determinante para engajamento nas suas ações. O Gráfico 02 expressa a ótica do aluno sobre como deveriam ser as práticas avaliativas

Gráfico 02. Práticas Avaliativas

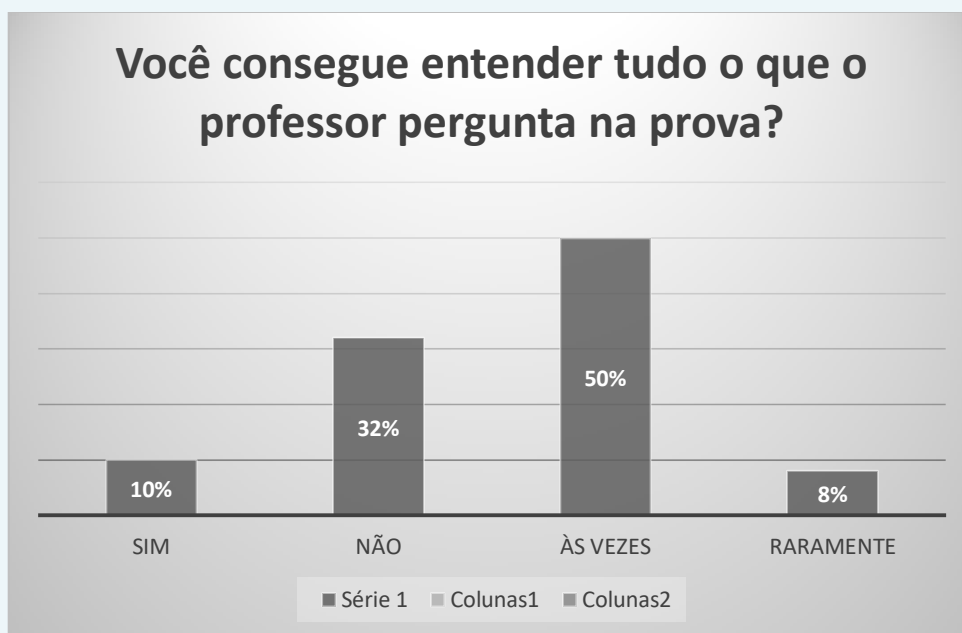
Como você acha que poderiam ser as formas de avaliação?



FONTE: Entrevista realizada com os alunos do 3ºano do turno vespertino do C. E. G. V. F. GBI/BA.

O saber competente, é uma das premissas da avaliação mediadora, no atual contexto educacional as avaliações externas, como o ENEM, se pautam no desenvolvimento de competências. Neste âmbito, clareza é fundamental. MORETO (2008, p.48) nos diz que: “a arte de perguntar com clareza e precisão se faz necessária e é importante que seja desenvolvida pelo professor no processo de sua interação com o aluno”. O gráfico abaixo ratifica a fala do autor, onde quase metade dos alunos afirmam ter dificuldades de entender as questões das provas.

Gráfico 03. Compreensão das questões realizadas durante as provas



FONTE: Entrevista realizada com os alunos do 3ºano do turno vespertino do C. E. G. V. F. GBI/BA.

Na pergunta “O que você acha da autoavaliação? 64% dos entrevistados disseram ser muito importante, por oportunizar ao estudante a reflexão do seu aprendizado, 31% afirmaram ser pouco importante porque muitos estudantes não dizem a verdade e apenas 5% acham desnecessária. Para Garcia (2013):

A autoavaliação é um método pouco utilizado nos espaços escolares, entretanto, de muita valia na percepção da aprendizagem dos alunos, pois a leva a sentir-se responsável por este ato avaliativo, ou seja, “o sujeito passa a ter mais consciência da importância do seu envolvimento no processo de aprendizagem e passa a ter um olhar mais crítico e reflexivo sobre os diferentes aspectos e momentos da sua vida cognitiva. (GARCIA, 2013, p.70)

Na questão” O seu boletim de notas corresponde ao seu aprendizado? ” 55 % disse que sim, seguida de 38% que respondeu nem sempre e, apenas 7% se isentaram dizendo que não.

Nessa perspectiva de uma prática avaliativa processual onde as responsabilidades são compartilhadas, os estudantes foram questionados sobre o que eles fazem quando não atingem resultados satisfatórios nas avaliações. 62% afirmaram procurar estudar mais e tentar recuperar a nota na próxima unidade, 33% disseram ficar preocupados e apenas 5% afirmaram que observam onde erraram e tentam aprender mesmo não valendo mais nota. Esses resultados denotam a preocupação dos discentes com as notas e minimiza a importância do aprendizado.

As respostas para as questões abordando o conselho de classe, deixaram claro que os estudantes reconhecem o conselho como forma de avaliação, mas desconhecem os critérios utilizados nesse processo. Os gráficos 04 e 05 demonstram essa afirmativa.

Gráfico 04. Conselho de classe como avaliação

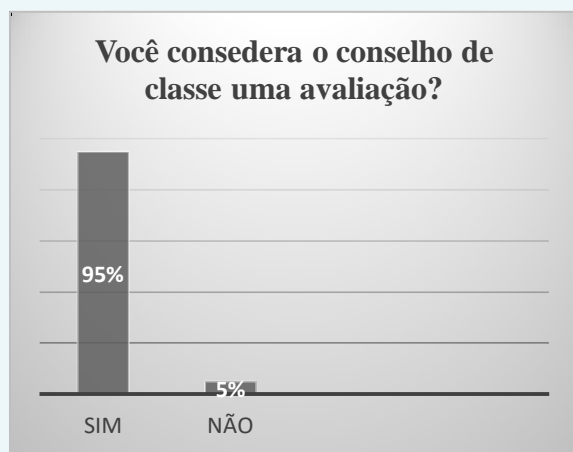


Gráfico 05. Critérios do Conselho de Classe



FONTE: Dados da pesquisa

FONTE: Dados da Pesquisa

Em relação aos instrumentos avaliativos, todos os educadores afirmaram utilizar três ou mais instrumentos, 100% dos entrevistados disseram que as práticas avaliativas estão previstas no PPP da instituição, porém não há essa unanimidade quanto a aplicação destas. 70% afirmaram conseguir fazer o trabalho do processo avaliativo em consonância com o PPP, 5% alegraram não conseguir essa consonância por incoerência entre a proposta e a realidade, 25% disseram que as dificuldades enfrentadas estão na resistência a mudanças por parte de alguns docentes.

Para Luckesi (1990, p 71) “a avaliação da aprendizagem escolar adquire seu sentido na medida em que se articula com um projeto pedagógico e com seu projeto de ensino”.

Conclusão

A interpretação dos dados constatou que a questão da pesquisa como as práticas avaliativas seus sentidos e significados refletem no desempenho da aprendizagem escolar? ” é extremamente complexa, visto que, não envolve apenas o aluno, mas também pais, professores e toda a comunidade escolar.

Compreender os conceitos e os aspectos legais que regem as práticas avaliativas permitiu perceber como seu sentido e significado podem refletir no desempenho da aprendizagem escolar, visto que cada sujeito tem suas particularidades e passa por situações diversas que podem influenciar no desempenho da aprendizagem para o aluno, na atuação para professor e no acompanhamento efetivo para os pais. Evidenciando a necessidade da comunicação e interação entre todos os envolvidos no processo educacional.

Com tudo foi possível concluir que, o processo de ensino e aprendizagem vai além, dos muros da escola, o caminho para atingir os objetivos é longo, mas não é solitário. Nesse contexto o resultado de um pode refletir o sucesso de todos.

Referências

BALTAZAR, José Antônio. **Família e escola: um espaço interativo e de conflitos**. São Paulo: Arte e Ciência, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90**. Brasília. MEC 2004.

_____. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

GARCIA, Rosineide Pereira Mubarack. **Avaliação da aprendizagem na educação a distância na perspectiva comunicacional**. Cruz das Almas/ BA: UFRB, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 41. ed. Porto Alegre: Mediação, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Avaliação da Aprendizagem escolar**. 7ª ed. São Paulo Cortez, 1998.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

VASCONCELLOS, C.S. **Para onde vai o professor ? Resgate do professor como sujeito de transformações**. São Paulo: Libertad, 2001.

VILLAS BOAS, B. M. de F. **Portfólio: avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas; SP: Papirus, 2004.

Sobre o (a/s) Autor(a/s)

Autor 1

Mestranda em Ciências da Educação pelo Programa da FICS- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales – Assunção – Paraguai. Atua como Professora da Educação Básica da Rede Estadual e Municipal de Ensino no Município de Guanambi-BA, Brasil.
Email: anaina.1@hotmail.com

Autor 2

Doutora em Ciências da Educação pela UEP- Universidade Evangélica do Paraguai- Assunção – Paraguai. Atua como professora orientadora de tese de mestrado do Programa de Pós-graduação da FICS- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales na Cidade de Guanambi- Ba, Brasil. E-mail: ciddamoreira@bol.com.br